

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

Filipe Souza Coelho

**SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL NA MINERAÇÃO:
experiências extensionistas no curso de serviço social da UFOP**

Mariana

2018

Filipe Souza Coelho

**SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL NA MINERAÇÃO:
experiências extensionistas no curso de serviço social da UFOP**

Monografia apresentada ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Kathiúça Bertollo.

Mariana
2018

C672s Coelho, Filipe Souza.
Serviço social e questão social na mineração [manuscrito]: experiências extensionistas no curso de Serviço Social da UFOP / Filipe Souza Coelho. - 2018.

50f.: il.: color.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Kathiúça Bertollo.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Serviço Social. 2. Minas e recursos minerais. 3. Extensão Universitária. I. Bertollo, Kathiúça. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

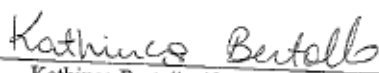
CDU: 33

Catálogo: ficha.sisbin@ufop.edu.br

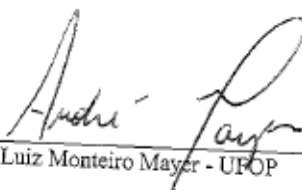
Filipe Souza Coelho

**SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL NA MINERAÇÃO:
experiências extensionistas no curso de serviço social da UFOP**

Monografia apresentada ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.



Kathiúça Bertollo (Orientadora) - UFOP



André Luiz Monteiro Mayer - UFOP



Marlon Garcia da Silva - UFOP

Mariana, 10 de dezembro de 2018.

*À "lavra" da riqueza mais autêntica das Minas Gerais:
o próprio povo mineiro trabalhador.*

AGRADECIMENTOS

Como na canção de Milton e Tiso, “Coração de estudante”, gostaria de agradecer aqueles e aquelas que durante minha graduação me ajudaram a cuidar da vida, do mundo, tomando conta da amizade, da alegria e dos sonhos, mesmo quando tentaram podar os momentos, desviando destinos, e o meu sorriso de menino. Agradeço aqueles e aquelas que me ajudaram a não me esconder, renovando a esperança na nova aurora de cada dia. Se estiverem lendo isso saberão quem são. Esse trabalho é fruto de um processo coletivo. Meu muito obrigado!

CANTO MINERAL

(*excertos*)

*Minas Gerais
mineraiis
minas de Minas
demais,
de menos?
minas exploradas
no duplo, no múltiplo
sem-sentido,
minas esgotadas
a suor e ais,
minas de mil
e uma noites presas
do fisco, do fausto,
da farra; do fim.*

(...)

*(Ai, que me arrependo
— me perdoa, Minas —
de ter vendido
na bacia das almas
meu lençol de hematita
ao louro da estranja
e de ter construído
filosoficamente
meu castelo urbano
sobre a jazida
de sonhos minérios.
Me arrependo e vendo.)*

(...)

*Do rude Cauê,
a TNT aplainado,
resta o postal
na gaveta saudosista,
enquanto milhares
milhafres*

*de vagões vorazes
levam para longe
a pedra azul guardada
para tua torre
para teu império
postergado sempre.*

(...)

Minas, nos ares,

*Minas que te quer
Minas que te perco
e torno a ganhar-te
com seres metal
diluído em genes,
com seres aço
de minha couraça,
Minas que me feres
com pontiagudas
lascas de minério
e laminados de ironia,
vês?*

*No coração do manganês
pousa uma escritura
de hipoteca e usura
e o banco solerte
praticando a arte
do cifrão mais forte.*

(...)

Carlos Drummond de
Andrade, em “As
Impurezas do Branco”
(1974).

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso investiga como se tem configurado o entendimento da questão social na mineração a partir das experiências extensionistas do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Para tanto, apresenta reflexões sobre o Serviço Social e a “questão social” e suas particularidades no contexto da mineração. Com base nas categorias da Teoria Marxista da Dependência, busca-se demonstrar que a atividade de exploração minerária em Mariana-MG, iniciada no ciclo do ouro com base no trabalho escravo, se atualiza na contemporaneidade, com a extração de minério de ferro bruto destinado à exportação, com base na dinâmica dependente do capitalismo brasileiro e na superexploração da força de trabalho. Apresenta-se, ainda, reflexões acerca do racismo como elemento estrutural da sociedade brasileira. O trabalho analisa ainda, de maneira geral, a particularidade do modo de produção capitalista com base em duas experiências extensionistas do curso de Serviço Social da UFOP, a saber, os projetos “Centro de Difusão do Comunismo (CDC)” e “Mineração do OuTro”. Com isso, o presente trabalho pretende contribuir para o posicionamento ético-político do Serviço Social, explicitando a importância da extensão universitária no contexto da luta de classes e reivindicando a importância das experiências extensionistas do curso de Serviço Social da UFOP no marco das lutas da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Serviço Social. Questão social. Mineração. Extensão universitária.

ABSTRACT

The present work of conclusion of course investigates how the understanding of the Social Question in the mining has been configured from the extensionist experiences of the course of Social Work of the Federal University of Ouro Preto (UFOP). For that, it presents reflections on Social Work and the "Social Question" and its particularities in the context of mining. Based on the categories of the Marxist Theory of Dependency, it is tried to demonstrate that the activity of mining exploration in Mariana-MG, initiated in the gold cycle based on slave labor, is updated contemporaneously with the extraction of crude iron ore destined to export, based on the dynamics dependent on Brazilian capitalism and on the overexploitation of the labor force. It also presents reflections on racism as a structural element of the Brazilian society. The paper also analyzes, in a general way, the particularity of the capitalist mode of production based on two extensionist experiences of the UFOP's Social Work course, namely, the programs "Centro de Difusão do Comunismo (CDC)" (Center for Dissemination of Communism) and "Mineração do Outro" (Mining of the Other). Thus, the present work intends to contribute to the ethical-political positioning of Social Work, explaining the importance of university extension in the context of the class struggle and claiming the importance of extensionist experiences of the UFOP's Social Work course within the framework of working class's struggles.

Keywords: Social Service. Social issues. Mining. University Extension.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DE MARIANA-MG A PARTIR DA MINERAÇÃO	12
2.1 Capitalismo dependente e mineração	12
2.2 Minas Gerais e Mariana: aspectos econômicos, sociais e políticos.....	14
3. SERVIÇO SOCIAL E “QUESTÃO SOCIAL” NA MINERAÇÃO	19
3.1 Serviço Social, “Questão Social” e projeto ético-político	19
3.2 A extensão universitária como ferramenta na luta de classes	21
3.3 O programa de extensão “Centro de Difusão do Comunismo”	26
3.4 O programa de extensão “Mineração do OuTro”	35
4. CONCLUSÃO.....	43
REFERÊNCIAS	45
ANEXO	47

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso investiga como se tem configurado o entendimento da questão social na mineração a partir das experiências extensionistas do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Para tanto, buscamos refletir sobre a questão social e o serviço social orientando-nos pelo método marxista, ou seja, pelo materialismo histórico dialético.

Na teoria marxiana, método não é uma questão marginal, mas o caminho pelo qual se faz possível conhecer a totalidade desde o conhecimento das determinações que a constituem. Debater a ideia de totalidade, pois, é debater as particularidades que compõem o todo e assim o constituem. (MARX, 2008). Desta maneira, este trabalho busca interpretar os fenômenos delimitados acima a partir da perspectiva de totalidade e, por meio deste instrumento, transpor seu objeto de análise para o plano do conhecimento, de modo a capacitar a razão teórica para apreender o objeto e seus movimentos em suas múltiplas determinações. Segundo Marx (1982, p.14), o materialismo histórico “[...] é manifestamente o método cientificamente exato”, uma vez que nele o princípio geral e epistemológico é a compreensão do *real* a partir da totalidade, de modo que o movimento do real é apreendido a partir das relações dos seres humanos com a natureza e com suas formas de organização social. Marx (2008) compreende o concreto como a síntese das determinações do real, sendo tais determinações constituídas pelo conjunto das relações sociais que produzem os fenômenos políticos, econômicos e jurídicos.

Alinhando-nos à perspectiva marxista, compreendemos ser necessária a contextualização sócio-histórica da realidade em que se insere a pesquisa, razão pela qual apresentaremos, no primeiro capítulo, alguns apontamentos acerca dos aspectos econômicos, sociais e políticos no estado de Minas Gerais e, especificamente, no município de Mariana/MG, onde se localiza o Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto e no qual se delimitaram as ações extensionistas dos programas que analisaremos à frente.

Também buscaremos refletir sobre o Serviço Social e a “questão social” no contexto da mineração. O olhar recortado para a atividade minerária se dá, por um lado, pelo fato de que a história de Mariana coincide com a história da mineração: extração do ouro no período colonial e, atualmente, do minério de ferro, principal atividade industrial do município. As economias do estado de Minas Gerais e, particularmente, de Mariana são exemplos nítidos da

dinâmica dependente do capitalismo brasileiro, a qual pretendemos analisar. Recorreremos, também nesse propósito, às reflexões da denominada Teoria Marxista de Dependência (TMD), vertente teórica na qual se destacam as formulações de Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos.

Assim, com a base teórica acima delimitada, pretendemos, de maneira geral, analisar a particularidade do modo de produção capitalista com base em duas experiências extensionistas do curso de Serviço Social da UFOP das quais fizemos parte; a saber, os projetos “Centro de Difusão do Comunismo (CDC)” e “Mineração do OuTro”. Com isso, pretendemos potencializar o posicionamento ético-político do Serviço Social, explicitar a importância da extensão universitária no contexto da luta de classes e reivindicar a importância das experiências extensionistas do curso de Serviço Social da UFOP no marco das lutas da classe trabalhadora.

2. CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DE MARIANA-MG A PARTIR DA MINERAÇÃO

Lira Itabirana

I

O Rio? É doce.
A Vale? Amarga.
Ai, antes fosse
Mais leve a carga.

II

Entre estatais
E multinacionais,
Quantos ais!

III

A dívida interna.
A dívida externa
A dívida eterna.

IV

Quantas toneladas exportamos
De ferro?
Quantas lágrimas disfarçamos
Sem berro?

Carlos Drummond de Andrade

O estado de Minas Gerais e, mais especificamente, o município de Mariana são exemplos nítidos da dinâmica dependente do capitalismo brasileiro. A atividade de mineração extrativa, como se demonstrará, atravessa a história da região desde o ciclo do ouro e a escravidão até a atual exportação de *commodities* de minério de ferro bruto. À medida que se amplia a exploração minerária na região, aprofunda-se a dependência econômica e os níveis de superexploração da força de trabalho. Sendo assim, buscaremos, neste capítulo, delimitar a plataforma teórica mobilizada para a pesquisa e, em seguida, abordar os aspectos econômicos, sociais e políticos a partir destas categorias.

2.1 Capitalismo dependente e mineração

No intuito de analisar a totalidade em suas múltiplas determinações, lançaremos mão das categorias e das reflexões da Teoria Marxista da Dependência (TMD), para analisar os contextos de Minas Gerais e Mariana. A vertente marxista da Teoria da Dependência sustenta a existência uma relação dialética de dependência entre os países da periferia e do centro do

capitalismo mundial e demonstra que ela beneficia exclusivamente os países centrais, em detrimento dos países dependentes, porque realiza transferência do valor do trabalho local para os países centrais. De acordo com Ruy Mauro Marini, “a dependência é uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco das relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução da dependência ampliada” (MARINI, 2005, p. 141).

Ruy Mauro Marini esclarece que o fato de que determinados países produzam bens que os demais não produzem permite que esses países produtores “elucidem a lei do valor, isso é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando um intercâmbio desigual” (MARINI, 2005, p. 141). O resultado disso é que os países desfavorecidos nessa dinâmica acabam por ceder, de forma gratuita, parte do valor por eles produzidos. Nessa relação desigual, “a função cumprida pela América Latina no desenvolvimento do capitalismo mundial foi de fornecer bens pecuários aos países industriais, e de contribuir para a formação de um mercado de matérias primas industriais” (MARINI, 2005, p. 141). É certo, ainda, que essa dinâmica se atualiza no capitalismo contemporâneo, passando a abranger também a remessa de lucros e juros.

No que toca à superexploração da força de trabalho, trata-se de mecanismo constituído para recompor as taxas de mais-valia extraídas pelas classes dominantes dos países dependentes, em razão das perdas que sofrem nas transações com as economias mais desenvolvidas, e que consiste na remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor (MARINI, 2005). Não sendo possível a recomposição da perda de valor no nível das relações de mercado, “a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna” (MARINI, 2005, p. 154). Em “Dialética da Dependência”, este mesmo autor destaca três mecanismos pelos quais se realiza a superexploração do trabalho na dinâmica capitalista dependente, quais sejam, “a intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho” (MARINI, 2005, p. 156). Desse modo, de acordo com Bertollo (2018, p. 73), “tais mecanismos são utilizados para compensar a perda de mais-valia decorrente da troca desigual entre a América Latina e países de capitalismo central-centralizadores de capital”.

A partir destas categorias traremos algumas reflexões que julgamos ser necessárias à compreensão da realidade econômica, social e política de Mariana-MG, notadamente para analisar as expressões da questão social na região e, como objetivamos neste trabalho, refletir

sobre a atuação do serviço social, especialmente em relação aos programas de extensão do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, nesse contexto.

2.2 Minas Gerais e Mariana: aspectos econômicos, sociais e políticos

Sem a pretensão de realizar uma análise exaustiva, pretendemos neste item tecer algumas considerações sobre a conformação política, econômica e social de Minas Gerais e de sua primeira capital, *locus* deste trabalho.

“Primeira capital, primeira vila, sede do primeiro bispado e primeira cidade a ser projetada em Minas Gerais” (PREFEITURA DE MARIANA, 2018). Assim se inicia, orgulhosamente, a seção dedicada à história do município no site da Prefeitura de Mariana, a qual segue narrando que, no ano de 1696, bandeirantes paulistas haveriam descoberto ouro no Ribeirão Nossa Senhora do Carmo, em cujas margens “nasceu o arraial de Nossa Senhora do Carmo, que logo assumiria uma função estratégica no jogo de poder determinado pelo ouro” (PREFEITURA DE MARIANA, 2018). Ainda de acordo com a história oficial, a localidade teria se tornado um dos principais fornecedores de ouro para Portugal, tornando-se logo a “primeira vila criada na então Capitania de São Paulo e Minas de Ouro” (PREFEITURA DE MARIANA, 2018), estabelecendo nestas terras, também, a primeira capital.

Interessa-nos destacar como a atividade minerária extrativista marca a história do atual município de Mariana-MG desde os seus primórdios, atualizando-se ao longo dos séculos sem, no entanto, perder seu lugar de centralidade na economia e na dominação política regional. Se a história deste município se inicia em razão da descoberta do ouro, atualmente, e de acordo com a própria Prefeitura de Mariana (2018), “[a] extração do minério de ferro é a principal atividade industrial do município, forte geradora de empregos e receita pública”.

Alinhando-nos à Kathiúça Bertollo (2018, p.143), orientadora deste trabalho, compreendemos “o setor minerário extrativista enquanto um elemento da reafirmação da dependência”. De acordo com a autora,

Neste continente ‘das veias abertas’ podemos dizer que são diversos os ciclos de exploração extrativista que ocorreram e ocorrem no Brasil desde a colonização até os dias presentes. Do ouro ao minério de ferro, o que a história registra é um irracional exaurimento da natureza e dos homens diretamente envolvidos nesses processos. Da condição de escravo à de trabalhador assalariado, o destino de milhares de indivíduos é ser exaurido pela lógica de sistemas produtivos voltados à expropriação e à espoliação, especialmente, no caso da ordem destrutiva do capital no contexto extrativista que historicamente se pôs em curso neste tão rico território latino-americano. (BERTOLLO, 2018, p. 143).

As duas transições ressaltadas por Bertollo interessam à nossa análise: do ouro ao minério de ferro e do trabalho escravo à superexploração da força de trabalho assalariada. Pretendemos, de forma sucinta, indicar aspectos que distinguem estes períodos, mas também aquilo que se mantém, a despeito das transições: a exploração desumana de um povo preto, sofrido e guerreiro.

A atividade econômica do Brasil colonial, de caráter primário-exportador, se sustentou na escravidão. Milhões de pessoas negras foram sequestradas na África e trazidas forçadamente ao Brasil, onde eram comercializadas como se animais destinados ao trabalho fossem. De acordo com Clóvis Moura (1988, p. 14), “O escravo negro foi, em algumas regiões, a mão de obra exclusiva desde os primórdios da colônia. Durante todo esse período, a história do trabalho é, sobretudo, a história do escravo”. Diante disso, nos alinhamos à Alessanda Devulsky (2016, p. 30) na compressão de que:

A falsa oposição entre a luta antirracista e a luta anticapitalista promove o enfraquecimento teórico em sua medida epistemológica e política, bloqueando a convergência de seus potenciais de mobilização que não precisam estar vinculados à homogeneização da classe trabalhadora.

Sendo assim, para a autora, e para nós, “a construção de estratégias de eliminação do racismo sistêmico no Brasil passam também por seus elos comunicantes com a luta anticapitalista” (DEVULSKY, 2016, p. 30).

A história da região do Quadrilátero Ferrífero¹, na qual se insere Mariana, serve de exemplo inequívoco do racismo enquanto elemento estrutural da sociedade brasileira. Os mesmos negros que noutros tempos eram escravos nas minas de ouro da região hoje são maioria nos postos de trabalho mais precarizados na cadeia produtiva da extração de minério de ferro. O racismo, porquanto estrutural, pode ser percebido em diversas determinações para além do mundo do trabalho. Compreendemos que, para a análise da “Questão Social” em Mariana, implica ter em conta o racismo estrutural da sociedade brasileira, porquanto presente em suas diversas formas de expressão.

Um importante estudo realizado entre os atingidos pelo rompimento da barragem de rejeitos do Fundão, de propriedade da Samarco Mineração, demonstra, por exemplo, os indícios de racismo ambiental do desastre.

Constata-se de maneira preliminar, com base nos dados apresentados acima, que há

¹ O Quadrilátero Ferrífero de MG é uma área que tem como vértices as cidades de Itabira, a nordeste, Mariana, a sudeste, Congonhas, a sudoeste e Itaúna, a noroeste. (GEOPARK QUADRILÁTERO FERRÍFERO, 2016 *apud* BERTOLLO, 2018, p. 150).

uma tendência de intensificação do predomínio de população negra quanto maior a exposição às situações de riscos relacionadas à proximidade com a exploração mineral de ferro e das barragens de rejeito da Samarco. Bento Rodrigues com uma população 84,3% negra se encontrava a pouco mais de 6 km da barragem de rejeito rompida; Paracatu de Baixo com 80% se situava a pouco mais de 40 km a jusante da barragem (seguindo o curso do rio Gualaxo do Norte); o povoado de Gesteira afastado aproximadamente 62 km da barragem apresenta 70,4% da população negra, cidade de Barra Longa com 60,3% da população negra dista cerca de 76 km da barragem aproximadamente. Foram, sobretudo, estas comunidades negras as que mais sofreram com as perdas humanas e com os impactos materiais, simbólicos e psicológicos. (WANDERLEI, 2015, p. 4).

O rompimento dessa barragem, em novembro de 2015, pode ser eleito como um bom analisador das dimensões econômicas, políticas e sociais de Mariana. Há mais de três anos, numa tarde que quinta-feira, chegavam as primeiras notícias sobre o rompimento de uma barragem de rejeitos da Samarco. Bento Rodrigues, um dos distritos de Mariana, fora integralmente destruído. Helicópteros começavam a sobrevoar a cidade e a aflição a tomar conta da população. Aos poucos, o município de Mariana foi se dando conta das dimensões da tragédia, à medida que as notícias ganhavam os noticiários do Brasil e do mundo. Em poucas horas, a cidade se mobilizara em solidariedade às famílias atingidas e as equipes de resgate realizavam buscas. Um ginásio desportivo teve suas arquibancadas tomadas por voluntários e sua quadra toda ocupada por camas improvisadas à espera dos sobreviventes, que tardavam a chegar.

Com as famílias resgatadas, chegaram também as notícias. Algumas mortes já se confirmavam, mas grande parte, dos cerca de 600 habitantes do distrito, havia se salvado. Apesar de não ter havido qualquer aviso sonoro, que deveria advir de um sistema de segurança que depois se soube inexistir, um trabalhador que testemunhou o rompimento da barragem conseguiu avisar por telefone à sua irmã, moradora de Bento Rodrigues, que, pilotando uma moto, correu às casas da comunidade alertando o rompimento e orientando que fugissem. No total, entre trabalhadores da mineradora e moradores das comunidades atingidas, 19 pessoas morreram em decorrência do desastre, entre elas uma mulher grávida.

Os dias que se seguiram foram de muita movimentação no município de Mariana. Chegavam notícias do rastro de destruição que o rejeito de minério seguia deixando por todo o trajeto do rio Gualaxo do Norte, alcançando os rios Carmo e Doce. Atingiu Paracatu de Baixo, distrito de Mariana, Gesteira e Barra Longa. Contaminou toda a bacia do Rio Doce, deixando diversas cidades sem água potável e pescadores sem sustento. O rejeito chegou ao Oceano Atlântico, configurando o maior crime socioambiental da história brasileira.

Aos poucos, somava-se à solidariedade com os atingidos e, em alguma medida, entrava em contradição com ela, a mobilização política em defesa da retomada das atividades

da Samarco Mineração. As atividades da mineradora haviam sido interrompidas, tendo em vista que, de início, com a barragem rompida, não teria onde depositar os rejeitos de minério e havia embargos decorrentes dos processos judiciais. Mesmo assim, faixas em defesa da mineradora se espalhavam pela cidade e manifestações passaram a ser convocadas. O prefeito, Duarte Júnior, do Partido Popular Socialista (PPS), literalmente vestiu a camisa do movimento “Somos Todos Samarco”, fazendo discursos e concedendo entrevistas em que dizia estar se empenhando ao máximo pelo imediato retorno das atividades da mineradora. Tais esforços eram empenhados também nas esferas estadual e federal, tornando evidente o histórico grau de submissão do Estado ao julgo do capital. Segundo Bertollo:

Nessa realidade contraditória, de espoliação e superexploração da força de trabalho, a subserviência do Estado ao capital é explicitada como uma constante histórica. Como exemplos dessa submissão, que na verdade nada mais é do que uma engrenagem do próprio sistema, temos na história recente do Brasil a questionável privatização da Companhia Vale do Rio Doce na segunda metade da década de 1990, do Pré-sal no início do século XXI, e, neste ano de 2017, a tentativa de privatização da área denominada RENCA, território que compõe a região amazônica do País. (BERTOLLO, 2018, p. 246).

De fato, é possível duvidar se as mobilizações da população marianense em defesa da Samarco foram espontâneas. Contudo, é inegável que a reivindicação do retorno das atividades da mineradora ganhava adesão popular, em meio a um povo que temia o desemprego que o fechamento da Samarco acarretaria ao município.

Os custos sociais da atividade minerária são diversos e sentidos na pele pela população marianense. São milhares as pessoas empregadas na mineração, executando árduas tarefas, muitas vezes em turnos alternados, e recebendo salários baixos. Ou seja:

Nos deparamos com uma realidade pautada em um alto índice de trabalhadores terceirizados e de desemprego; acidentes de trabalho como uma constante; mortes precoces; pagamento de baixos salários; intensificação e prolongamento da jornada de trabalho; presença do machismo nas relações entre chefias e trabalhadoras e, o emblemático rompimento da barragem de Fundão/crime que resultou na morte de 20 pessoas, dentre estas, a morte de 14 trabalhadores (12 terceirizados) naquele que é considerado o maior desastre ambiental do País. (BERTOLLO, 2018, p. 235).

Mesmo quem não trabalha diretamente com a mineração sofre cotidianamente com suas consequências. A falta d'água (que sequer é devidamente tratada pelo poder público), por exemplo, é uma questão que afeta diariamente grande parte dos moradores de Mariana. Contudo, diante da possibilidade do fechamento de uma mineradora, grande parte desta população pôs-se em defesa da empresa, haja vista que, ainda que sofram as consequências negativas de tais atividades, sabem a dependência econômica do município em relação à

mineração.

Outro aspecto que pode ser analisado a partir do caso do rompimento da barragem de Fundão é o impacto econômico ocasionado pela paralisação das atividades da Samarco. A atividade industrial minerária sofreu grande refração no último trimestre de 2015. Ainda que a

extração de petróleo e gás tenha se mantido e que a extração de minério de ferro no Pará tenha se elevado, o nível de atividade do setor de extrativa mineral foi reduzido em 6,6% na comparação com o trimestre anterior (queda de 15% em Minas Gerais). (BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA DE MINAS GERAIS, 2016 *apud* BERTOLLO, 2018, p. 153).

De janeiro a dezembro de 2015, Minas Gerais registrou queda de 24,9% no total de exportações, em comparação com o mesmo período em 2014 (BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA DE MINAS GERAIS, 2016 *apud* BERTOLLO, 2018, p. 153). A partir destes dados, é possível dimensionar a relevância da extração de minério de ferro no município de Mariana.

Fato de relevância à nossa análise da dinâmica dependente do capitalismo no Brasil é que o minério de ferro, majoritariamente, é exportado em sua forma bruta. Não há em Mariana ou na região atividade industrial ou siderúrgica robusta cuja demanda se aproxime das toneladas de minério bruto exportado diariamente. Assim, seguimos aprofundando o modelo primário-exportador e importando produtos finais. Segue-se a cartilha bem descrita por Marini (2005, p. 141), na qual “a função cumprida pela América Latina no desenvolvimento do capitalismo mundial foi de fornecer bens pecuários aos países industriais, e de contribuir para a formação de um mercado de matérias primas industriais”. Para recompor a perda ocorrida no nível da relação de mercado, as classes dominantes valem-se da superexploração da força de trabalho na produção interna, submetendo os trabalhadores, em sua grande maioria negros, a precárias condições de trabalho, com jornadas exaustivas, baixa remuneração e níveis inaceitáveis de letalidade e de adoecimento. Se durante o ciclo do ouro os negros eram submetidos ao trabalho braçal pela escravidão, no ciclo do minério de ferro, o capitalismo dependente os empurra à superexploração da força de trabalho.

É neste contexto histórico, social e político do município de Mariana-MG que se insere o Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Inaugurado em 2008, a partir da adesão Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o ICSA abriga os cursos de Administração, Economia, Jornalismo e Serviço Social. Neste último, estão alocados os programas de extensão universitária “Centro de Difusão do Comunismo (CDC)” e “Mineração do OuTro”, cujas

ações e ferramentas de intervenção neste contexto pretendemos analisar adiante.

3. SERVIÇO SOCIAL E “QUESTÃO SOCIAL” NA MINERAÇÃO

Uma vez contextualizada a conformação histórica, política e econômica de Mariana-MG, *locus* deste trabalho, e demonstrada a centralidade da mineração neste contexto, cabe-nos, então, traçar algumas considerações sobre as formas de intervenção do Serviço Social perante a “questão social” e, mais detidamente, das ações de extensão universitária vinculadas ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, localizado no campus de Mariana-MG.

3.1 Serviço Social, “Questão Social” e projeto ético-político

A noção de “questão social” pode, comumente, induzir o leitor a associar o termo a problemas sociais que envolvam as pessoas mais empobrecidas na sociedade. Dependendo da análise, ela “[...] pode ser vista como disfunção, anomia social, ou até mesmo ameaça a ordem social vigente” (SILVA, 2017, p. 2). Por isso, buscaremos, neste trabalho, delimitar a “questão social” a partir da teoria marxiana.

Marli Silva, ao analisar as obras de Marilda Iamamoto, José Paulo Netto, Maria Carmelita Yazbek e Pereira, encontrou, entre os autores, “consenso em torno da origem da questão social, cujos desdobramentos apontam para a emersão, desenvolvimento, e consolidação da sociedade capitalista, sobretudo, o processo de acumulação capitalista, e a consequente exploração do trabalho pelo capital” (SILVA, 2017, p.2). Nas palavras de Iamamoto:

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto á apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias á sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais (IAMAMOTO, 2001, p. 17)

Ainda de acordo com a autora, das manifestações das expressões da questão social, destacam-se:

O retrocesso no emprego, a distribuição regressiva de renda e a ampliação da pobreza, acentuando as desigualdades nos estratos socioeconômicos, de gênero e localização geográfica urbana e rural, além de queda nos níveis educacionais dos jovens (...) cresceu a disparidade entre o rendimento de 40% das famílias mais pobres e o rendimento das 10% famílias mais ricas (IAMAMOTO, 2012, p.147).

Como bem ressaltado por Iamamoto (2012, p.129), “a modernidade das forças produtivas do trabalho social convive com padrões retrógrados nas relações de trabalho, radicalizando a questão social”. É neste contexto, de acirramento das contradições entre capital e trabalho e de radicalização da questão social, que se inscreve a atuação do Serviço Social na atualidade. Ainda segundo Iamamoto (2011), esse contexto impõe ao assistente social o dever de atuar de forma propositiva, não se limitando a mero executor; impõe que o profissional, ao analisar e compreender determinada realidade, tenha a capacidade de propor intervenções criativas e eficazes no intuito de garantir direitos à classe trabalhadora. Neste sentido, como assinala Iamamoto (2009, p.372):

Os assistentes sociais estão sendo chamados a atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas e do planejamento, gestão e monitoramento, inscritos em equipes multiprofissionais. Ampliam seu espaço ocupacional para atividades relacionadas ao controle social à implantação e orientação de conselhos de políticas públicas, à capacitação de conselheiros, à elaboração de planos e projetos sociais, ao acompanhamento e avaliação de políticas, programas e projetos sociais.

Toda atuação do assistente social, como sabido, se orienta pelo projeto ético-político da profissão. Assim, tanto nas intervenções na execução, quanto na formulação, no planejamento e na gestão de políticas públicas, o agir profissional deve estar orientado pelo compromisso com a transformação social.

O projeto ético-político do serviço social resultou de um processo histórico, impulsionado pelo Movimento de Reconceituação da Profissão, em um contexto de democratização da sociedade brasileira. Sua gênese, de acordo Avilla (2017), pode ser localizada no Congresso da Virada, ocorrido no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 1979. De fato, esse congresso marcou a ruptura da categoria com as bases tradicionais e conservadoras da profissão. Além disso, na década de 80, o avanço das formulações culminou com a formulação do Código de Ética dos assistentes sociais, tendo sido, entretanto, sua consolidação alcançada apenas na década de 90, com destaque para a formulação do Código de Ética de 1993 (NETTO, 1999). Nas palavras de Avilla:

[...] o Código de Ética/1993 foi formulado no sentido de adequar a profissão as condições postas, com vista à construção de um novo perfil profissional comprometido com a emancipação do homem, vinculado à dimensão ética e política direcionada a uma sociedade democrática. O desenvolvimento e amadurecimento do projeto profissional no bojo das transformações da sociedade capitalista, acompanhando o movimento da economia, da política, da história assim como o processo de amadurecimento da profissão. (AVILLA, 2017, p. 3).

Assim, tem-se que o serviço social, a partir da ruptura com suas bases tradicionais e

conservadoras, consolida um projeto ético-político profissional em consonância com um projeto societário emancipador. Por isso, em razão do compromisso com a transformação social e com a emancipação humana, evidencia-se a necessária referência na teoria social crítica. Neste sentido:

Este projeto nasce do processo de enfrentamento e denúncia do conservadorismo profissional iniciado na transição da década de 1970 à de 1980 com a “intenção de ruptura” [...] nomeado Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro (década de 1990, até os dias atuais). No meu entender, este projeto toma como base, antes de tudo, os princípios do Código de Ética do assistente social (que, não fragmentados, lhes servem de preceito) e o projeto de formação da ABEPSS, que traz explícita a referência na teoria social crítica – Marx e o marxismo. Ou seja, nos onze princípios do Código de Ética tomados como totalidade [...] rumo à emancipação humana (VASCONCELOS, 2015, p. 297).

Diante da radicalização da questão social, dos novos desafios colocados aos profissionais do Serviço Social e das crescentes ameaças à universidade pública e ao pensamento crítico, urge reafirmar a necessidade de a formação em Serviço Social capacitar os profissionais à compreensão da realidade, munindo-os dos recursos teóricos necessários à análise da totalidade e à compreensão da questão social, da origem do modo de produção capitalista e das contradições que dele decorrem. Neste sentido, é indispensável que a formação em Serviço Social, orientada pelo projeto ético-político, esteja profundamente comprometida com a transformação social e com a emancipação humana.

Noutras palavras, entendemos que a formação do assistente social é indissociável do compromisso com a luta da classe trabalhadora por uma sociedade para além do capital. Assim, a nosso ver, todas as iniciativas de ensino, pesquisa e extensão – pilares da universidade – devem, necessariamente, estar orientadas pela perspectiva de emancipação humana.

3.2 A extensão universitária como ferramenta na luta de classes

Se não existe uma vinculação espiritual entre o que ensina e o que aprende, todo ensino é hostil e por conseguinte infecundo. Toda a educação é uma longa obra de amor aos que aprendem. Fundar a garantia de uma paz fecunda no artigo combinatório de um regulamento ou de um estatuto é, em todo caso, amparar um regime de quartel, mas não um trabalho de ciência. Manter a atual relação de governantes e governados é agitar o fermento de futuros transtornos. As almas dos jovens devem ser movidas por forças espirituais. Os meios já gastos da autoridade que emana da força não se conformam com o que reivindica o sentimento e o conceito moderno das universidades. O estalo do chicote só pode atestar o silêncio dos inconscientes e dos covardes. A única atitude silenciosa, que cabe em um instituto de ciência é a do que escuta uma verdade ou a do que experimenta para acreditar ou comprová-la.

(Manifesto de Córdoba, 21 de junho de 1918, da Juventude Argentina de Córdoba aos homens livres da América)

O processo de ensino-aprendizagem das universidades públicas sustenta-se sobre os pilares do ensino, da pesquisa e da extensão. A partir desta lógica é que se faz possível que a universidade interaja com a comunidade para além de seus muros, “com a qual mantém ou deseja se interrelacionar formando vínculos com a sociedade que recebe assistência ou com a qual constrói conhecimentos intercomplementares, consubstanciando a práxis social” (DI LORENZO; FERNANDES; ARAÚJO, 2016, p.6). A este propósito, a extensão cumpre papel destaque.

Articulando ensino, pesquisa e extensão, a extensão universitária consolida a relação universidade-escola ou universidade-comunidade e, por conseguinte, a sociedade e, através desse vínculo possibilita-se a mitigação da extrema desigualdade social existente entre as populações, em suas distintas espacializações. (DI LORENZO; FERNANDES; ARAÚJO, 2016, p.6)

A extensão universitária é regulamentada, atualmente, pela Política Nacional de Extensão Universitária, aprovada pelo Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) em 2012. Esta política teve como norteador o Plano Nacional de Extensão, documento redigido e aprovado também pelo FORPROEX e pela Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC) em 1999. Desse modo:

A deliberação desta Política desenvolveu-se de forma ampla e participativa nos últimos três anos, tanto no âmbito do FORPROEX quanto no das próprias Universidades Públicas. Uma versão preliminar do documento, que partiu de discussões prévias sobre os limites e potencialidades do Plano Nacional de Extensão de 1999, foi apresentada no XXVI Encontro Nacional, realizado em novembro de 2009, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). No XXVII Encontro Nacional, realizado em Fortaleza (CE), em julho de 2010, o documento foi amplamente discutido. Incorporadas as contribuições dos representantes das Universidades Públicas signatárias, esta Política foi aprovada no XXXI Encontro Nacional, realizado em Manaus (AM), em maio de 2012. (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS, 2012, p. 9).

Nos termos da Política, “a extensão Universitária [...] é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 15), que deve ser orientado pelas seguintes diretrizes: *Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante e Impacto e Transformação Social* (FORPROEX, 2012). Por isso:

Assim definida, a Extensão Universitária denota uma postura da Universidade na sociedade em que se insere. Seu escopo é o de um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, por meio do qual se promove uma interação que transforma não apenas a Universidade, mas também os setores sociais com os quais ela interage. Extensão Universitária denota também prática acadêmica, a ser desenvolvida, como manda a Constituição de 1988, de forma indissociável com o Ensino e a Pesquisa, com vistas à promoção e garantia dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural, social. (FORPROEX, 2012, p. 15).

A análise das diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Extensão Universitária é cara à perspectiva defendida neste trabalho, qual seja, a possibilidade de que as experiências extensionistas possam estar a serviço e ser ferramentas da luta de classes desde o ponto de vista da classe trabalhadora. Assim, faremos breves apontamentos sobre cada uma delas e, de forma mais detida, analisaremos a diretriz *Impacto e Transformação Social*.

A primeira diretriz, *Interação Dialógica*, “orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais” (FORPROEX, 2012, p. 16-17), com o propósito de oportunizar a produção de “um conhecimento que contribua para a superação da desigualdade e da exclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática” (FORPROEX, 2012, p. 17).

Já a diretriz *Interdisciplinaridade e interprofissionalidade* “busca superar essa dicotomia, combinando especialização e consideração da complexidade inerente às comunidades, setores e grupos sociais, com os quais se desenvolvem as ações de extensão, ou aos próprios objetivos e objetos dessas ações” (FORPROEX, 2012, p. 17), a partir da compreensão de que “a combinação de especialização e visão holista podem ser materializadas pela interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas e áreas do conhecimento” (FORPROEX, 2012, p. 17). No que toca à diretriz *Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão*, trata-se da reafirmação da Extensão Universitária como processo acadêmico, cujas ações “adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa)” (FORPROEX, 2012, p. 17). Acerca das interações possíveis entre ensino, pesquisa e extensão, dispõe a Política Nacional:

No que se refere à relação Extensão e Ensino, a diretriz de indissociabilidade coloca o estudante como protagonista de sua formação técnica - processo de obtenção de competências necessárias à atuação profissional - e de sua formação cidadã -

processo que lhe permite reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social.

Essa visão do estudante como protagonista de sua formação técnica e cidadã deve ser estendida, na ação de Extensão Universitária, a todos envolvidos; por exemplo, alunos, professores, técnicos administrativos, pessoas das comunidades, estudantes de outras Universidades e do ensino médio.

Dessa maneira, emerge um novo conceito de ‘sala de aula’, que não mais se limita ao espaço físico tradicional de ensino-aprendizagem. ‘Sala de aula’ são todos os espaços, dentro e fora da Universidade, em que se apreende e se (re)constrói o processo histórico-social em suas múltiplas determinações e facetas. O eixo pedagógico clássico ‘estudante - professor’ é substituído pelo eixo ‘estudante-professor-comunidade’. O estudante, assim como a comunidade com a qual se desenvolve a ação de Extensão, deixa de ser mero receptáculo de um conhecimento validado pelo professor para se tornar participante do processo. Dessa forma, ele se torna também o tutor (aquele que apoia o crescimento possibilitado pelo conhecimento), o pedagogo (aquele que conduz, de mãos dadas, o processo de conhecimento) e o orientador (aquele que aponta a direção desse processo). Assim, no âmbito da relação entre Pesquisa e Ensino, a diretriz *Indissociabilidade Ensino – Pesquisa - Extensão* inaugura possibilidades importantes na trajetória acadêmica do estudante e do professor.

Na relação entre Extensão e Pesquisa, abrem-se múltiplas possibilidades de articulação entre a Universidade e a sociedade. Visando à produção de conhecimento, a Extensão Universitária sustenta-se principalmente em metodologias participativas, no formato investigação-ação (ou pesquisa-ação), que priorizam métodos de análise inovadores, a participação dos atores sociais e o diálogo. Apenas ações extensionistas com esses formatos permitem aos atores nelas envolvidos a apreensão de saberes e práticas ainda não sistematizados e a aproximação aos valores e princípios que orientam as comunidades. Para que esses atores possam contribuir para a transformação social em direção à justiça, solidariedade e democracia, é preciso que eles tenham clareza dos problemas sociais sobre os quais pretendem atuar, do sentido e dos fins dessa atuação, do ‘arsenal’ analítico, teórico e conceitual a ser utilizado, das atividades a serem desenvolvidos e, por fim, da metodologia de avaliação dos resultados (ou produtos) da ação e, sempre que possível, de seus impactos sociais (FORPROEX, 2012, p. 18).

A quarta diretriz, *Impacto na Formação do Estudante*, se baseia no pressuposto de que “[...] as atividades de Extensão Universitária constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam” (FORPROEX, 2012, p. 18). Ainda de acordo com a Política Nacional, para que as ações extensionistas impactem a qualidade da formação dos estudantes, elas devem se pautar por “um projeto pedagógico que explicita três elementos essenciais: (i) a designação do professor orientador; (ii) os objetivos da ação e as competências dos atores nela envolvidos; (iii) a metodologia de avaliação da participação do estudante” (FORPROEX, 2012, p. 19).

Por fim, no que toca à diretriz *Impacto e Transformação Social*, a Política Nacional assim dispõe:

A diretriz Impacto e Transformação Social reafirma a Extensão Universitária como o

mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas. A expectativa é de que, com essa diretriz, a Extensão Universitária contribua para o processo de (re)construção da Nação, uma comunidade de destino, ou de (re)construção da polis, a comunidade política. Nesse sentido, a diretriz Impacto e Transformação Sociais imprime à Extensão Universitária um caráter essencialmente político.

Com essa diretriz, espera-se configurar, nas ações extensionistas, as seguintes características: (i) privilegiamento de questões sobre as quais atuar, sem desconsideração da complexidade e diversidade da realidade social; (ii) abrangência, de forma que a ação, ou um conjunto de ações, possa ser suficiente para oferecer contribuições relevantes para a transformação da área, setor ou comunidade sobre os quais incide; (iii) efetividade na solução do problema. Cabe lembrar que a efetividade de qualquer tipo de intervenção social depende do grau de racionalidade que se imprime à sua formulação, sem perder de vista os valores e princípios que a sustentam, de forma a permitir sua gestão eficiente e sua avaliação, seja a de seu processo de implementação (monitoramento), seja a de seus resultados e impactos sociais.

É importante ter clareza de que não é apenas sobre a sociedade que se almeja produzir impacto e transformação com a Extensão Universitária. A própria Universidade Pública, enquanto parte da sociedade, também deve sofrer impacto, ser transformada. O alcance desses objetivos – impacto e transformação da sociedade e da Universidade –, de forma a se lograr o desenvolvimento nacional no sentido que esta Política propugna, é potencializado nas ações que se orientam pelas diretrizes de Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade e, por fim, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão. Com esse escopo, as ações de Extensão Universitária surgem como instrumentos capazes de contra-arrestar as consequências perversas do neoliberalismo, em especial, a mercantilização das atividades universitárias, a alienação cultural e todas as mazelas que as acompanham. (FORPROEX, 2012, p. 20).

Como dito, a análise desta última diretriz, transcrita acima, é cara à perspectiva defendida neste trabalho. Como se vê, de acordo com esta disposição, a extensão universitária deve se orientar por uma atuação transformadora direcionada às demandas e aos interesses da maioria da população. Em nosso entender, ao estabelecer esta diretriz, a Política Nacional de Extensão Universitária dispõe sobre a necessidade de que as ações extensionistas sejam pautadas nos interesses da classe trabalhadora. Nesse sentido, é a própria Política Nacional que afirma, expressamente, o caráter político da Extensão Universitária, cujas ações devem servir como “instrumentos capazes de contra-arrestar as consequências perversas do neoliberalismo em especial, a mercantilização das atividades universitárias, a alienação cultural e todas as mazelas que as acompanham” (FORPROEX, 2012, p. 20). Entendemos que a Política Nacional, ao estabelecer esta diretriz, atribui à Extensão Universitária o dever de orientar suas ações por meio de uma perspectiva anticapitalista, servindo como ferramenta na luta de classes.

A expectativa informada na Política Nacional é a de que “essas diretrizes, em

conjunto, contribuam para a superação das três crises da Universidade Pública, apontadas por Boaventura de Sousa Santos (2004)², quais sejam, a crise de hegemonia, a crise de legitimidade e a crise institucional” (FORPROEX, 2012, p. 16).

A primeira resulta das contradições entre a função tradicional da Universidade de formar conhecimentos exemplares, nos âmbitos científico e humanístico, e a função de produzir padrões culturais médios e conhecimentos instrumentais, exigidos pelo desenvolvimento capitalista no século XX. A crise de legitimidade tem origem, de acordo com Boaventura, no fato de “(...) a Universidade ter deixado de ser uma instituição consensual em face da contradição entre a hierarquização dos saberes (...), por um lado, e as exigências sociais e políticas da democratização da Universidade e da reivindicação da igualdade de oportunidade para os filhos das classes populares, por outro”. Por fim, a crise institucional deriva-se, também nas palavras do autor, da “(...) contradição entre a reivindicação da autonomia na definição dos valores e objetivos da Universidade e a pressão crescente para submeter esta última a critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social” (p. 5, 6).

Sem adentrar as divergências que temos com algumas das reflexões teóricas do autor citado na Política Nacional, entendemos que as contradições apontadas por Boaventura Santos e reproduzidas pelos formuladores da Política Nacional são expressões da luta de classes no seio das universidades públicas, isto é, tensões entre um projeto de universidade que sirva aos interesses da classe trabalhadora e, a partir deles, produza ciência e tecnologias para atender às demandas desta classe, e um projeto alinhado aos interesses das classes dominantes, que se esforça para submeter a universidade aos interesses privados da burguesia, os interesses do capital. Portanto, em nossa compreensão, as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional podem servir à orientação da extensão universitária a partir dos interesses dos trabalhadores e, portanto, possibilitar que as ações extensionistas se configurem como ferramentas da classe trabalhadora na luta de classes.

3.3 O programa de extensão “Centro de Difusão do Comunismo”

O programa de extensão Centro de Difusão do Comunismo (CDC) foi um programa de extensão vinculado à Pré-reitoria de Extensão (PROEX) da UFOP. Contando com quatro ações de extensão articuladas para estudar, debater e realizar a crítica à ordem do capital, sua proposta tinha como intencionalidade tensionar a ordem contemporânea do Capital e

² SANTOS, Boaventura S. *A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 120).

promover o debate da construção de uma nova ordem societária. Podemos dizer, então, que o seu objetivo era a de lutar por uma sociedade para além do capital.

Idealizado pelo Professor Doutor André Luiz Monteiro Mayer, docente do curso de Serviço Social da UFOP, o CDC teve sua gênese no ano de 2009, juntamente com a criação do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UFOP, no município de Mariana. Neste primeiro momento, o curso de extensão “Relações sociais na ordem do capital” e o grupo de pesquisa “Liga dos Comunistas – Núcleo de Estudos Marxistas” foram criados de forma isolada à criação do programa.

O curso de extensão “Relações Sociais na Ordem do Capital” se propunha a ser um espaço de formação às categorias centrais da teoria social de Marx, sobre as quais, até então, pouco ou nada se discutia na universidade. Isto, por si só, já justificaria sua criação em um *locus*, em tese, democrático e que, portanto, deveria abrigar as mais diversas expressões teóricas. Mas compreender os fatores determinantes que configuram as relações sociais na ordem do capital consistia em uma tarefa fundamental para se pensar, refletir e discutir as transformações da realidade contemporânea e o sistema de controle do metabolismo social que domina a sociedade em seu atual momento histórico, no qual o antagonismo de classes diretamente opostas – no caso, a burguesia e o proletariado – se constitui em uma miséria material e espiritual.

A metodologia de trabalho do curso “Relações Sociais na Ordem do Capital” consistia em apresentar à comunidade de abrangência da UFOP um curso de extensão gratuito, aberto a toda a comunidade (como a universidade pública deve ser), sobre as categorias centrais da teoria social de Marx, como salientamos. O curso tinha a duração de 32 horas, realizado através de quatro módulos de oito horas cada, uma vez ao mês, tendo sido abertas 50 vagas para os participantes que desejassem se inscrever.

No primeiro módulo era apresentado o tema do trabalho na constituição do ser social e a iniciação do que seria o método da teoria social de Marx. No segundo módulo tínhamos a apresentação da categoria “mercadoria” como célula central das relações sociais. Já no terceiro módulo, estudava-se a produção da mais-valia enquanto exploração e tormento da classe trabalhadora, a lei geral da acumulação capitalista e sua contradição explicitada na “questão social” e na barbárie da vida. Por fim, no quarto módulo do curso, tinha-se a discussão do movimento do capital na cena contemporânea.

O Grupo de Pesquisa “Liga dos comunistas – Núcleo de estudos Marxistas”, cujo nome leva a inspiração da Primeira Organização Internacional Comunista, tinha como

pretensão ser um núcleo de formação sobre o movimento da realidade, referenciando a teoria social de Marx e a tradição marxista e, desse modo, era vinculado à defesa e à difusão do comunismo, com o objetivo primaz de transformar a realidade.

Por meio do núcleo de pesquisa eram realizados encontros quinzenais para a leitura de textos de Marx e da tradição marxista sobre o “movimento do capital”, seguidos de debates sobre o tema. Para além disso, o núcleo propunha-se a incentivar a investigação científica (pesquisa), a produção de artigos e a divulgação em eventos e revistas. Quando criado, um manifesto do grupo foi elaborado para marcar a sua posição, nele dizia:

Liga dos Comunistas – Núcleo de Estudos Marxistas pretende ser um núcleo de estudos e pesquisas sobre o movimento da realidade, referenciando à teoria social de Marx e à tradição marxista, rastreando a seguinte linha de pesquisa: a sociedade na ordem contemporânea do Capital. A construção de um grupo de pesquisa vinculado à tradição que inspira em Marx e que defende o comunismo tem um objetivo seminal: a transformação da realidade. Nesse momento histórico e determinado, essa realidade é dominada por um “sistema de controle do metabolismo social” específico, o Capital. O Capital é “relação social”! A produção da vida desse sistema, fonte da relação social, é baseada na propriedade privada dos meios de produção, na exploração do trabalho alheio e na apropriação privada dos frutos do trabalho. A produção capitalista é sinônimo de produção de mais-valia, portanto, de uma intensa e incontrolável exploração sobre o ser social que trabalha. A acumulação de capital depende da exploração do trabalho. Da exploração nasce a mercadoria. Essa “coisa” produzida, portanto criatura, torna-se o centro das relações sociais. Você respira, você bebe, você come, você vomita mercadoria. A mercadoria passa a ser a portadora e a expressão das relações entre os homens. As relações sociais na ordem do capital são relações sociais coisificadas, reificadas, miseráveis! Essa “relação social” “predatória determina a terrível lei geral da acumulação capitalista: à medida que se acumula capital, a situação do trabalhador tende a piorar. Ocorre uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. A acumulação de riqueza num polo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão e brutalização no polo oposto. A lei geral da acumulação capitalista é fonte da “questão social”, que hoje se expressa e se manifesta de infinitas maneiras. O simples exemplo do desemprego elucidada essa “questão”: o desemprego em massa não resulta do desenvolvimento das forças produtivas, mas sim do desenvolvimento das forças produtivas sob as relações sociais de produção capitalistas. Vivemos o absurdo de “naturalizar” as relações sociais específicas da ordem do Capital, como se essas relações fossem eternas. Natural e eterna! Os defensores dessa ordem miserável, assim a anunciam. Os males terrenos são obra do acaso e fundamentalmente responsabilidade do indivíduo e não do “sistema de controle do metabolismo social”. Os ideólogos desta ordem imersa na barbárie enveredaram por uma “decadência ideológica” e por uma “especialização mesquinha”, onde se discute tudo e ao mesmo tempo não se discute nada; a não ser a miudeza, o fragmento que se ergue, como se tivesse estatuto próprio, frente a uma “totalidade”, o Capital, que na verdade domina as relações sociais das quais somos escravos! A Liga dos Comunistas vem manifestar a sua radical opção: desejamos a morte das relações sociais impostas pelo capital; lutaremos pela sua ruína e superação com todas as armas que forem possíveis; e esperamos poder contribuir com a emancipação humana, rumo a outro modelo de sociedade “para além do Capital”, no qual as relações sociais serão construídas para atender as necessidades básicas,

material e espiritual, do ser social. Morte ao Capital. (LIGA DOS COMUNISTAS – NÚCLEO DE ESTUDOS MARXISTAS, 2009).

O grupo, assim como o curso de extensão, era aberto à participação de alunos, professores, funcionários da UFOP, e aos trabalhadores da região.

Nos dois anos seguintes, se juntaram o projeto de extensão “Equipe Rosa Luxemburgo” e outro curso de extensão, com o nome de “Mineração e exploração dos trabalhadores na região da UFOP”.

A origem da “Equipe Rosa Luxemburgo” deu-se em referência à militante comunista, polonesa, que viveu entre os anos de 1885 e 1919. Destaca-se a sua impressionante luta e dedicação à causa dos trabalhadores (as) e à construção da sociedade comunista. Rosa foi assassinada a coronhadas pela polícia alemã em 1919. Sua grande contribuição, por meio da crítica ao que se chama de “economia política”, foi debater temas pertinentes ao imperialismo movido pelo capital. Foi com o seu espírito que se pensou a construção de uma equipe que se propunha a estimular o debate e a militância política anticapitalista, consolidando um grupo para apoiar as lutas dos trabalhadores na região que abrange a UFOP. Senso assim, sua justificativa se dá pelo fato de existir, na região de abrangência da UFOP, um conjunto de movimentos ligados aos trabalhadores, que têm o direito de receber apoio e assessoria desta universidade, para fortalecer suas lutas. Tal proposta está de acordo, inclusive, com os próprios princípios do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, que no seu artigo IX disserta sobre a necessidade de articulação com os movimentos sociais de outras categorias profissionais e com a luta geral dos (as) trabalhadores (as).

A formação da equipe de debate e militância política envolveu estudantes, professores, funcionários e trabalhadores da região e nos seus debates iniciais chegou-se à conclusão de que, direta ou indiretamente, todos ali, de alguma maneira, eram atingidos pelo mundo da mineração. Neste momento houve por parte da equipe uma aproximação com os trabalhadores da mineração na região, no caso o Sindicato Metabase Inconfidentes. Logo após um diálogo entre as partes envolvidas, se pensou a criação de um curso de extensão no qual os próprios trabalhadores ligados à atividade minerária pudessem expor as contradições dos impactos, bem como determinações do mundo do trabalho e do meio ambiente da mineração na região. Desta forma, surgia o curso de extensão “Mineração e Exploração dos Trabalhadores e do Meio Ambiente na região da UFOP”.

O curso de extensão “Mineração e Exploração dos Trabalhadores e do Meio Ambiente na região da UFOP”, realizado em parceria com o Sindicato Metabase Inconfidentes – Mariana-MG, visava disponibilizar para a comunidade de entorno da UFOP um curso de

extensão gratuito que oferecesse formação sólida sobre os processos que envolvem a mineração, bem como os impactos sobre a vida dos trabalhadores e do meio ambiente. Nos mesmos moldes do curso de extensão “Relações Sociais na Ordem do Capital”, o novo curso tinha também a duração de 32 horas, divididas em quatro módulos, e 50 vagas foram oferecidas. Seus módulos discorriam sobre o movimento sindical internacional e a própria história do Sindicato Metabase Inconfidentes: a mineração, os impactos nas comunidades locais e os 70 anos da atual Vale S/A (antiga Vale do Rio Doce), abordando sua história, seu presente e suas perspectivas. Ao final do curso, tínhamos uma formação sobre a crise econômica mundial e as lutas sociais.

Após a criação das quatro ações extensionistas houve a necessidade de absorvê-las em um programa extensão maior para dar mais organicidade a elas. Assim surge, então, o “Programa de Extensão Centro de Difusão do Comunismo”, coordenado pelo professor André Mayer e contando com o número de 20 estudantes bolsistas e um estudante voluntário. O desenvolvimento das atividades enquanto programa deu-se início em 2012 e era realizado por uma equipe de trabalho que, juntamente com os estudantes, bolsistas e voluntários, docentes, incluía ainda técnicos e agentes externos, parceiros do programa. Os estudantes tinham uma carga horária semanal média de 12 horas de trabalho, assim como o coordenador do programa. A meta proposta – e alcançada – consistia na realização das quatro ações previstas, duas vezes ao ano, de abril a julho do primeiro semestre de 2012, e de setembro a dezembro do segundo semestre de 2012.

Assim, como já exposto acima, o projeto “Equipe Rosa Luxemburgo” se propunha a ser um grupo de debate e militância política anticapitalista, com especial apoio ao movimento dos trabalhadores da mineração da região e às lutas próprias à educação na UFOP, e passou a planejar e avaliar as ações a serem desenvolvidas no programa, realizando encontros semanais para monitoramento interno. O curso de extensão “Relações Sociais na Ordem do Capital”, por sua vez, foi um curso que se propunha a oferecer uma formação que esclarecesse as categorias centrais da teoria social de Marx. O projeto “Liga dos comunistas – Núcleo de Estudos Marxistas”, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tinha como pretensão ser um núcleo de estudos e pesquisa sobre o movimento do real, referenciando a teoria social de Marx e a tradição marxista. Por fim, o curso de extensão “Mineração, exploração dos trabalhadores e do meio ambiente na região da UFOP” era realizado em parceria com o Sindicato Metabase Inconfidentes – Mariana-MG. Sendo assim, as quatro iniciativas, reunidas, passaram a compor o “Programa de Extensão

Centro de Difusão do Comunismo”.

O público atendido nas quatro ações desenvolvidas nos dois semestres foi de mais de 200 pessoas, contando ainda com ações extras como o “Encontro com Mineiros Espanhóis” e a realização da “Calourada Vermelha”. Este último evento, inclusive, com uma média de público que também ultrapassou o número de 200 pessoas, passou a ocorrer no início de cada período letivo, recepcionando os estudantes ingressantes e promovendo o debate sobre as temáticas de abrangência do programa. Ainda em 2012, a equipe do CDC ainda promoveu uma série de debates e mobilizações durante a greve dos trabalhadores e estudantes da UFOP, contando com amplo público. Além disso, também foi importante a participação do programa no XIII Seminário de Extensão (SEXT) e no XX Seminário de Iniciação Científica (SEIC), eventos estes promovidos, respectivamente, pelas pró-reitorias de Extensão (PROEX) e de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP) da UFOP.

O público atendido pelas ações do CDC era formado por alunos e alunas da UFOP, trabalhadores da mineração da região de Mariana, professores e técnicos da universidade, assistentes sociais e professores da rede básica municipal.

A articulação com o ensino e a pesquisa sempre foi um caráter do programa. Destaca-se a articulação com as disciplinas “Teoria social e Serviço Social I”, “Pesquisa e Serviço Social I e II” do curso de Serviço Social da UFOP, assim como a participação nos seminários de Extensão e Pesquisa da universidade. Além disso, destaca-se a importante participação dos integrantes do CDC em uma das edições do “Colóquio Marx e Engels – UNICAMP”. As atividades do CDC atendiam demandas específicas, como capacitação continuada para assistentes sociais e áreas afins, iniciação científica para alunos e alunas da UFOP, formação sobre teoria social para os trabalhadores da mineração e formação sobre o mundo do trabalho na mineração para alunos e alunas da UFOP.

Como dito, as atividades realizadas tinham uma articulação com entidades externas, no caso, a parceria com o Sindicato Metabase Inconfidentes (Ouro Preto – Mariana – Congonhas), que organizava e apresentava o curso de extensão da Mineração, e com o Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRESS-MG), que auxiliava na divulgação das atividades do CDC. Ainda tinha articulações pontuais com a Associação dos Docentes da UFOP (ADUFOP), com a Associação dos Servidores da UFOP (ASSUFOP) e com Centro Acadêmico do Serviço Social. Para além disso, destaca-se o engajamento do programa nas ações promovidas pelo Sindicato dos Servidores Municipais de Mariana e pelo Movimento pela Igualdade Racial de Ouro Preto/Mariana, o qual teve participação ativa na

greve dos trabalhadores da educação das universidades federais, ocorrida em 2012. Para os integrantes do CDC, as atividades grevistas se configuravam um espaço propício para as ações de apoio de um programa que se denominava Centro de Difusão do Comunismo. No entanto, a greve das universidades federais ocorrida no ano de 2012 durou 130 dias, de maio a setembro, e dificultou a continuidade e a participação das pessoas nos cursos e projetos. Mesmo assim, todas as atividades foram oferecidas e cumpridas duas vezes no ano de 2012.

Toda a equipe do CDC avaliava as atividades do programa através da Equipe Rosa Luxemburgo, que coordenava todo o programa. Eram realizados encontros de avaliação semanais com toda a equipe e também avaliações semestrais. Ao final de cada curso havia ainda uma avaliação externa, em conjunto com os participantes, em que se buscava destacar os avanços, as dificuldades e os desafios colocados ao programa.

Como síntese da avaliação, entendemos que o programa CDC cumpriu todas as ações a que se propunha em 2012, com um bloco de atividades a cada semestre acessível à comunidade acadêmica e à comunidade do entorno da UFOP nas áreas de teoria social, mundo do trabalho, direitos sociais, mobilização e organização dos trabalhadores. Assim, o CDC consolidou perfil claro de um programa de extensão articulado ao ensino e à pesquisa e aliado incondicional da luta dos trabalhadores contra o sistema de controle do metabolismo social – o capital.

Observa-se que, para além dos 20 bolsistas e um aluno voluntário previstos inicialmente, o programa passou a contar com um número maior – variando entre 2 e 13 – de estudantes engajados como voluntários nas atividades do CDC. As atividades sempre foram realizadas de forma gratuita, abertas à comunidade e realizadas duas vezes ao ano no ICSA (Mariana), com editais no início de cada semestre. Desse modo, a partir da mencionada participação do CDC no XIII Seminário de Extensão (SEXT), adveio a premiação do programa como um dos programas com melhor desempenho em 2012, fruto do reconhecimento do seu trabalho sério, crítico e organizado.

No início do primeiro semestre letivo de 2013 o CDC deu continuidade às suas atividades, organizando e articulando as quatro ações de ensino, pesquisa e extensão, buscando consolidar a crítica radical à ordem do capital e defender o comunismo como alternativa à barbárie. Nesse primeiro semestre as atividades foram desenvolvidas tranquilamente: entre os meses de janeiro e abril houve a realização do curso de extensão “Mineração, exploração dos trabalhadores e do meio ambiente na região da UFOP”, encontros da “Liga dos comunistas – Núcleo de Estudos Marxistas”. Além disso, também se realizou o

curso de extensão “Relações Sociais na Ordem do Capital” e diversas reuniões da “Equipe Rosa Luxemburgo”.

Em junho de 2013 ocorreram as manifestações populares conhecidas como as “jornadas de junho”, que tomaram as ruas no país – um marco na história recente do Brasil que veio a ser um divisor de águas também para o CDC. Nesse momento, a equipe Rosa Luxemburgo discutia qual a importância das manifestações para além da pauta da diminuição da tarifa de ônibus encabeçada pelo “Movimento Passe Livre”. A discussão girava entorno da crítica à ordem do Capital, como era próprio da equipe.

Para o grupo, algo tinha tocado os sentidos da população, principalmente dos mais jovens. Desse modo, objetivava-se fazer referência à luta específica contra o capitalismo que tinha aflorado a percepção e a indignação e, por isso, o grupo deveria engrossar o coro do chamado às ruas. Essa luta, portanto, precisaria ser estimulada, pois ainda se encontrava muito confusa e difusa, de fácil manipulação pela classe hegemônica.

Era preciso salientar que a crise no Brasil não era algo individual, mas uma crise no mundo inteiro, isto é, uma crise do sistema capitalista, como um todo, a qual mostra que este não tinha nada mais a oferecer além de dor diária.

Na avaliação da equipe, nada nesta ordem é possível resolver. Próprio do seu metabolismo, o capitalismo é incontrolável, pois tem como finalidade o lucro em detrimento do ser humano. Ou seja, não se tratava necessariamente da crise, mas do próprio sistema do metabolismo social – o capital. Para a equipe, esse sistema faliu, quebrou, apodreceu. O chamado às ruas tinha que ser nesse sentido, sem ter vergonha ou preconceito em disputar o sentido pela transformação de toda a sociedade, pela necessária construção de uma nova ordem para além do capital.

Pouco depois das Jornadas de Junho, começaram a ganhar espaço na imprensa brasileira matérias sobre as atividades do Centro de Difusão do Comunismo. Não tardou que tabloides conservadores e *blogs* reacionários começassem a bradar absurdos contra a existência e as ações desenvolvidas pelo programa, mobilizando argumentos hostis que, cada vez mais, têm ganhado espaço na sociedade brasileira, a exemplo da aberração denominada “Escola Sem Partido”, defendida hoje pelos setores conservadores.

Pouco tempo depois da repercussão midiática, a UFOP foi intimada para tomar ciência de uma decisão liminar, proferida pela Justiça Federal do Maranhão, a qual suspendia as atividades do CDC. A decisão, datada de 13 de agosto de 2013, foi assinada pelo juiz federal José Carlos do Vale Madeira, que atendeu ao pedido do advogado Pedro Leonel Pinto de

Carvalho, responsável pela Ação Popular movida contra o CDC. Consta na decisão que o CDC “ostenta feição predominantemente político-partidária” e “privilegia o ideário comunista, que se encontra albergado em nosso ordenamento jurídico eleitoral pelo PC do B e PCB, comprometendo, por desdobramento, o pluralismo político” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013).

Como já foi dito, não se pretende aqui realizar uma análise profunda das ilegalidades e fragilidades jurídicas contidas nessa decisão. Contudo, não se pode deixar de afirmar o absurdo de sua fundamentação, considerando que a universidade brasileira, majoritariamente, trabalha a serviço do capital, sendo inúmeros os exemplos de pesquisas financiadas pela iniciativa privada, cujos resultados, por muitas vezes, ficam submetidos à propriedade intelectual das empresas, em detrimento do interesse social. Se é certo que o CDC se pôs ao lado da classe trabalhadora na luta contra o capital, também é certo que as universidades brasileiras, hegemonicamente, produzem ciência e tecnologia voltadas aos interesses das classes dominantes. Se ser anticomunista e apologista do capitalismo não se configura como ato ilícito, como pode a difusão do comunismo ser considerada ilícita? Como pode decisão que suspendeu as atividades do CDC ser interpretada senão como uma clara ofensiva burguesa contra a luta dos trabalhadores, com intuito de criminalizá-la?

Cabe-nos ressaltar ainda a possibilidade de que a propositura desta ação judicial ter ocorrido no estado do Maranhão não seja mera causalidade. Sabe-se que o advogado que figura como autor da Ação Popular patrocina mineradoras em processos judiciais naquele estado e, também, não se pode perder de vista que lá está localizado um dos grandes portos de escoamento de minério de ferro, fazendo-se presentes grandes mineradoras, inclusive a Vale S/A, também presente em Mariana.

Apesar das diversas moções de apoio ao CDC e das manifestações em defesa do programa, com as atividades suspensas por determinação judicial, o programa não pôde continuar os trabalhos desenvolvidos. Desse modo, com o intuito de dar continuidade às discussões e aos estudos promovidos pelo CDC e reduzir os prejuízos que sua suspensão ocasionou à comunidade acadêmica da UFOP e da região como um todo, o colegiado do curso de Serviço Social aprovou a inclusão em sua grade de uma disciplina eletiva sobre o Comunismo.

3.4 O programa de extensão “Mineração do Outro”

Um ano após a suspensão das atividades do programa de extensão Centro de Difusão do Comunismo por ordem judicial, o jovem professor Marlon Garcia da Silva, docente do curso de Serviço Social da UFOP e então recém-chegado à universidade, propôs uma ação extensionista com o nome de “Ontologia e Estética-Arte e Sociedade”, com o apoio dos professores Alexandre Arbia e André Mayer. Esta proposta surgiu a partir da compreensão de que era necessário dar continuidade aos trabalhos extensionistas no curso de Serviço Social da UFOP, dentro de uma perspectiva emancipatória.

Inicialmente, a ação propunha a construção do I Congresso de Extensão de Cultura e Arte da UFOP, cujo objetivo era contribuir na fruição estética da comunidade abrangida pela UFOP e, particularmente, por seu Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA). Assim, buscou-se oferecer instrumentos teórico-analíticos para a apropriação de elementos estéticos das diversas manifestações artísticas, presentes dentro do território de Mariana, para fins de autoeducação dos participantes, construindo um senso crítico acerca das fundamentais determinações estéticas. Em outros termos, a ideia era favorecer o aproveitamento da arte e de suas possibilidades.

O curso de extensão seria, portanto, o embrião do que posteriormente se tornaria o programa de extensão “Mineração do Outro”. No entanto, entendia-se ser necessária nesse primeiro momento a iniciação do curso para fins de autoeducação dos participantes para, posteriormente, se pensar os projetos de intervenção comunitária via manifestações artísticas. Nota-se, assim, que desde o primeiro momento havia preocupação e compromisso por parte dos coordenadores com a consolidação de uma base teórica e cultural para a elaboração dos futuros projetos e dos programas de extensão universitária, no intuito de garantir a qualidade dos serviços prestados à população, com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional dos assistentes sociais e alinhando-se com os princípios do Código de Ética da Profissão.

No resumo elaborado sobre o curso, coloca-se o entendimento sobre a obra de arte como aquela que reflete e repõe – na forma estética, evocativa, pelas vias da intensificação dos sentidos e dos sentimentos, da sensibilidade – conteúdos que revelam o mundo e a vida social de um modo mais amplo, profundo e universal do que aquele próprio da cotidianidade. Assim, a obra de arte favorece a elevação do indivíduo e de suas percepções, experiências e vivências mais imediatas e particulares àquelas que o situam como um ser humano-genérico.

Parte-se do entendimento de que a arte opera como se fosse um “antídoto” ao

imediatismo e às reificações gerais, próprios da vida cotidiana em que a sociedade capitalista intensifica seus mecanismos de alienação, fetichismo e mercantilização de todas as esferas da vida. Há uma compreensão de que a arte pode incidir e orientar comportamentos, escolhas e posições dos indivíduos diante das contradições e requisições do mundo e da vida social. Portanto, a perspectiva da ação extensionista é a de um trabalho que conjugue não só a discussão estética, mas a experimentação artística ativa, de modo a buscar a articulação entre a teoria e a ação na unidade das práxis sociais – como pretendido pelo projeto da extensão.

Como exposto acima, o projeto, com uma condução bem cuidadosa, pretendeu ao longo do seu desenvolvimento integrar ações culturais próprias que dariam origem aos projetos de extensão posteriores, nos quais se trabalhariam filmes com debates e poesias, articulando e agregando também parceiros fora da universidade.

O curso foi pensado de tal modo que compreendesse dois módulos, objetivando o aprofundamento do debate inicial sobre “Ontologia estética – arte e sociedade”. O primeiro, voltado aos estudos dos fundamentos mais gerais da vida social, concentrou-se no estudo da ontologia do ser social, em uma perspectiva histórico-materialista. Já o segundo módulo voltou-se aos estudos particulares da estética, mais precisamente sobre a peculiaridade do estético. Destaca-se que, em ambas as iniciativas, o referencial teórico adotado foram as obras do filósofo marxista György Lukács. Para o desenvolvimento da ação extensionista, que de início se deu como curso isolado, o programa contou com um número de quatro alunos bolsistas e quatro alunos voluntários, além de uma equipe de trabalho que contou com docentes, técnicos e colaboradores externos.

A realização do módulo I do curso de extensão “Para uma Ontologia do ser social” ocorreu no primeiro semestre do ano de 2014, por meio de encontros quinzenais com duração de quatro horas, sendo conduzido, de forma brilhante, pelo prof. Dr. Ronaldo Fortes, tradutor da obra “Ontologia do ser social”, de G. Lukács, editada pela Boitempo. Com uma carga horária total de 32 horas, o curso favoreceu um intenso estudo e propiciou debates sobre os fundamentos ontológicos da vida social, em geral, e da arte, em particular. A realização do módulo II do curso de extensão, nos mesmos moldes do módulo I, foi conduzida pelo prof. Dr. Rainer Camara Patriota. Seus estudos e debates focaram-se nas principais determinações e categorias da estética.

Avalia-se que, nesse primeiro momento, as metas pretendidas foram alcançadas, a partir do entendimento de que foram fornecidos para os participantes dos cursos os instrumentos teórico-analíticos necessários para a apropriação do estético nas diversas

manifestações artísticas, que contribuíram para a construção do senso crítico, ampliaram o debate e o alcance de determinações do estético e, finalmente, favoreceram o aproveitamento da arte e de suas potencialidades. Consolidou-se no grupo, assim, uma base teórica e cultural para a elaboração dos futuros projetos e para programas de extensão universitária destinados à comunidade. Estas ações foram projetadas com intuito de fomentar arte e cultura na área de abrangência da UFOP/ICSA e atender as demandas sociais específicas, quais sejam, aquelas advindas dos segmentos sociais historicamente excluídos de acesso aos bens e serviços de cultura na região, em especial grupos em situação de vulnerabilidade social e risco, com restrito acesso aos meios de produção, fruição e difusão cultural.

Percebeu-se durante a execução do projeto um número significativo de participantes que, ao se aproximarem da temática ontologia e estética abordada pelos professores acima, de forma clara e concisa, puderam fazer reflexões sobre os estudos de Lukács sobre a ontologia da vida cotidiana, apreendendo nas apresentações os complexos mais importantes do ser social e discutindo as consequências dessa análise para a reflexão do nosso tempo. Nas discussões e reflexões, percebeu-se grande impacto dos participantes diante da ideia que Lukács traz, de que tudo que está posto é constituído historicamente, e não uma inclinação pessoal, que se reflete também na esfera da arte, rumo a uma ontologia autêntica, e nos princípios ontológicos fundamentais de Marx.

Cabe destacar que, para além dos encontros quinzenais proporcionados pelos cursos, organizou-se um grupo de estudos com os bolsistas do projeto de “Ontologia e estética”, dedicado à leitura integral das obras de Lukács. Orientado e conduzido pelo professor Marlon Garcia, os encontros semanais do grupo fomentavam um círculo de discussão e análise crítica dos principais aspectos da ontologia e da peculiaridade do estético.

No ano seguinte, em 2015, houve o avanço do curso para o desenvolvimento das atividades concretas de arte e cultura voltados para os segmentos historicamente excluídos de acesso aos bens culturais na região, definindo-se como público alvo os usuários da política de assistência social. Consolidada a base teórica e cultural para a efetivação de um programa de extensão universitária, surgiu então a proposta da criação do programa de extensão “Mineração do Outro”. Além de manter o curso de extensão “Ontologia Estética – Arte e Sociedade” como uma das ações do programa, houve a proposta da criação do projeto “Lavras de Versos”, que trabalharia a produção de poemas por parte de adolescentes da periferia de Mariana, e do projeto “Cine faísca”, que constituiria um espaço de exibição de filmes e debates.

Havia já amadurecido, por parte do grupo, o entendimento de que o município de Mariana, em Minas Gerais, que compõe a chamada “Região dos Inconfidentes”, tinha uma importância tanto na história passada quanto no presente do Brasil, notadamente por suas riquezas naturais, em especial o minério. Mas, para o grupo, a verdadeira riqueza da região adivinha de seu povo e de sua cultura. Avançando ao século XX, notou-se que houve uma intensificação dos processos de industrialização e urbanização em todo o país, na qual a indústria da mineração se sobressaiu. A partir da crítica ao sistema capitalista, o programa compreendeu que tal indústria produz e expropria um volumoso conjunto de riquezas materiais da região, por meio de um processo contraditório, em que várias mazelas sociais vão se produzindo e acumulando.

O programa de cultura e crítica social “Mineração do OuTro” surgiu, então, com o objetivo de contribuir com o que considera a “lavra” mais autêntica das Minas Gerais: o próprio povo mineiro e trabalhador. Partindo deste pressuposto, o programa orienta suas ações para o fortalecimento da vida desses indivíduos sociais, trabalhadores, não apenas nas suas necessidades materiais fundamentais, mas também nas necessidades humanas “espirituais”, culturais e políticas. Sendo assim, desse programa se desdobraram outros projetos, que merecem atenção, em especial o “Lavra de Versos” e o “Cine Faísca”.

O projeto “Lavras de Versos”, voltado a adolescentes usuários da política de assistência social da região, especificamente do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), consiste em um trabalho socioeducativo em círculos de cultura, partindo do diálogo e reflexão crítica sobre as experiências cotidianas e sobre as referências culturais dos adolescentes, quando também proporcionada a interação com outras expressões da cultura mineira e universal, especialmente no campo da poesia. A partir desta base, o objetivo do projeto é fazer com que os adolescentes também se eduquem sobre a estrutura e as formas da composição poética, a fim de que componham seus próprios poemas. Assim, objetiva-se fomentar arte e cultura em territórios de vulnerabilidade e risco do município de Mariana. Mais precisamente, difundir poesia a adolescentes do bairro Santo Antônio, conhecido como “Prainha”, bairro esse definido junto com a equipe volante do CRAS.

Mostrava-se importante criar um espaço para a reflexão sobre as experiências e as vivências cotidianas dos adolescentes, no que diz respeito às questões mais significativas sobre a produção e a reprodução das suas vidas, que estimulasse os adolescentes ao contato, à experiência e à fruição estética – mais precisamente, à arte literária da poesia. Assim, instruir e estimular a composição de poemas pelos adolescentes, bem como favorecer o

desenvolvimento de aquisições e potencialidades passaram a ser os objetivos do Projeto.

O Lavras de Versos passou, então, a ser desenvolvido por meio dos Círculos de Cultura, que consistem em debates e reflexões a partir da leitura dos poemas, realizados semanalmente com duração 1h30. De modo geral, sua metodologia baseia-se em uma gradação no trabalho da poesia e perpassa três eixos: (i) sondagem da vida cotidiana e das experiências dos adolescentes, para promover uma reflexão crítica sobre os temas relevantes à vida e sobre as suas referências culturais; (ii) estudo da estrutura da obra de arte, no caso a poesia, com o objetivo de facilitar a sua experiência; e (iii) reflexão sobre a vida social e sobre o papel da arte, para a composição de poemas.

Para o desenvolvimento destas atividades, realiza-se previamente o planejamento geral das ações e há reuniões semanais da equipe que produzem e avaliam as atividades, além de reuniões mensais com a equipe do CRAS Volantes Bairros. A equipe, então, divide-se para tomar as providências necessárias para a articulação e a realização do Círculo de Cultura, tais como: divulgação em escolas e no bairro; condução da atividade no bairro Santo Antônio (Prainha); acolhimento e integração dos adolescentes na UFOP-ICSA, conforme planejamento do trabalho, leitura e estudos de textos sobre teoria e método dos trabalhos do projeto; participação no Encontro de Saberes da UFOP; reunião e organização dos poemas produzidos nos Círculos de Cultura, para a publicação eletrônica via mídias sociais e possivelmente, no futuro, na forma de livreto impresso; e, finalmente, avaliação do trabalho e participação na elaboração do relatório. A avaliação do processo se dá por meio de avaliação processual da forma de conteúdo, envolvendo todos os participantes, em dinâmica sempre dialógica, ao longo do desenvolvimento das atividades do projeto, com registros em áudio e documentação por escrito.

Por meio dessas ações, obteve-se o desenvolvimento de potencialidades dos usuários da política de assistência social do município de Mariana, mais especificamente, dos adolescentes usuários do CRAS Volante Bairros do município de Mariana. Sendo assim, a proposta do projeto possibilitou uma série de articulações entre a extensão universitária, a pesquisa e o ensino.

Quanto à pesquisa, o curso de extensão “Ontologia e estética – arte e sociedade” articulou pesquisas e pesquisadores – potencializando e, ao mesmo tempo, sendo diretamente potencializado. Por outro lado, o curso pretendeu constituir, a partir da prática e das experiências de campo e comunitárias, base material e conceitual de novos saberes e pesquisas. No que toca o ensino, a ação extensionista também potencializou e foi

potencializada pelas disciplinas do curso de graduação em Serviço Social, traduzindo na prática diretrizes e conteúdos teóricos. Com isso, possibilitou-se aos estudantes a vivência com campos da prática profissional e com a população usuária da política social, favorecendo, inclusive, intersecções e diálogos com o estágio supervisionado de estudantes. Além disso, dado o seu caráter interdisciplinar, o programa promoveu o encontro de diferentes saberes oriundos dos cursos de graduação, notadamente, de Letras, Música, Comunicação Social, História e Serviço Social.

Destaca-se também a articulação com as demandas sociais a partir do acesso e da produção de cultura pelas populações historicamente alijadas desses processos. As ações do programa, a um só tempo, contribuíram para a ampliação do acesso da comunidade de Mariana à UFOP e aos seus trabalhos, respondendo à demanda dos próprios estudantes da UFOP por espaços de extensão e aplicação de conhecimentos adquiridos.

Também originário do programa Mineração do Outro, o projeto “Cine Faísca”, por sua vez, surgiu a partir de uma visita ao distrito de Antônio Pereira, no primeiro semestre de 2015, em uma atividade coordenada e articulada pelo programa de Extensão “Vivência com os trabalhadores da mineração” (UFOP/PROEX), coordenada pelo Prof. Dr. André Mayer e pelo Sindicato Metabase Inconfidentes Mariana, parceiro do curso de Serviço Social da UFOP desde os tempos do CDC. A partir do diálogo com os dirigentes desse sindicato, se constituiu e consolidou a ideia de exibição de filmes, inicialmente, no Distrito de Antônio Pereira. O título do projeto, “Cine Faísca”, faz alusão à atividade de extração de ouro, ao passo que remete também à clássica referência comunista da “centelha”, da “fagulha”, da “faísca”, no sentido de disparar ideologicamente processos de consciência da classe trabalhadora, do povo, na munição das armas da crítica.

Busca-se com o “Cine Faísca” desencadear reflexões e uma maior compreensão acerca das realidades brasileira, latino-americana e mundial, de modo a contribuir e possibilitar aos participantes se reconhecerem enquanto sujeito humano-genéricos, por meio do compartilhamento da cultura dos povos, dos seus dilemas e da sua história através do cinema e de suas potencialidades.

Assim sendo, o projeto entende que o debate sobre a realidade é de extrema necessidade e deve ser fomentado também a partir da universidade e das possibilidades de intervenção que esta possui, por meio da articulação do ensino, da pesquisa e da extensão, como processo. É imperioso possibilitar à população, que historicamente é excluída ou tem acesso limitado à cultura, a oportunidade de reconhecer-se enquanto ser social, historicamente

constituído e em construção. Esta uma é tarefa da universidade e da comunidade em geral, no sentido de potencializar o saber do indivíduo sobre si por meio de intervenções cinematográficas que propiciem o compartilhamento da história dos povos. Por isso, considera-se o cinema uma importante ferramenta e um meio pelo qual se torna possível o exposto acima. Além disso, o cinema é uma arte de difícil acesso à grande parte da população. Torná-lo acessível, desmercantilizá-lo, levá-lo ao lugar onde as pessoas vivem, a espaços abertos e públicos, é contribuir para que os sujeitos se façam e se reconheçam a partir do acesso à arte.

O objetivo do projeto é o de constituir um espaço para contato, experiência e conhecimento de obras de arte pela comunidade de Mariana e Ouro Preto, mais especificamente, por meio da exibição de filmes, da inserção no universo do cinema. Nestes espaços de contato, objetiva-se viabilizar e fomentar a reflexão crítica sobre grandes temas e sobre questões da vida da população das localidades que a proposta abrange. Um espaço lúdico, de lazer, para o encontro, para o diálogo, para o auto reconhecimento e para a vivência comum dos moradores dos bairros e distritos. Busca-se também estreitar a parceria com o Sindicato Metabase – Inconfidentes e com os equipamentos da política de assistência social (CRAS) de Mariana, possibilitando um vínculo maior com a comunidade, dentro de um projeto de alinhamento às demandas populares, da classe trabalhadora, de sua organização e da potencialização de suas lutas. Assim, o programa objetiva favorecer o protagonismo e a autonomia da comunidade para que, em médio e longo prazo, ela reivindique a construção das condições materiais, técnicas de condução e execução do projeto.

Como dito, é importante sublinhar que a proposta inicial era realizar as exibições no distrito de Antônio Pereira, no espaço do sindicato Metabase Inconfidentes. Contudo, no curso da execução, o programa estabeleceu uma parceria com Serviço Social da Indústria (SESI) em Mariana para utilização de seu teatro, no qual, desde então, são realizadas as exibições dos filmes.

A coordenação do programa, junto aos bolsistas, consolidou um banco de dados, catalogando obras que possuem temáticas e características que se alinham ao programa e que podem ser exibidas em uma das sessões. A organização e a definição da cinematografia a ser exibida se dão pela coordenação do programa juntamente com os bolsistas. A cada mês um filme é exibido no SESI e, logo após a apresentação, é aberto um momento para debater a obra sob a condução de um convidado.

O programa de extensão “Mineração do OuTro” segue desenvolvendo suas ações em

Mariana/MG continuamente. O projeto “Lavras de Versos” ocorre semanalmente no centro comunitário da Prainha, o “Cine Faísca” realiza suas exhibições mensalmente no SESI e o “Ontologia, Estética, Arte e Sociedade” se dá por meio de um encontro anual. Além disso, é importante dizer que o “Lavras de Versos”, por sua aceitação e por seus resultados, se desdobrou a tal ponto que hoje é desenvolvido também no bairro Cabanas, em Mariana.

4. CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, pretendemos apresentar elementos para análise do contexto socioeconômico de Mariana. Para tanto, realizamos um breve resgate histórico, demonstrando como a atividade de extração minerária esteve presente na história do município desde o seu surgimento. Apontamos as diferenças entre o ciclo de extração do ouro, baseado na força de trabalho escravizada, e o ciclo do minério de ferro, baseado na superexploração da força de trabalho assalariada. Destacamos, entretanto, que se mantém, ao longo dos séculos da história de Mariana, o racismo como elemento estrutural da organização política e econômica.

Para a compreensão da realidade de Mariana e do estado de Minas Gerais, como um todo, mobilizamos as categorias da Teoria Marxista da Dependência (TMD), no intuito de desvelar como a extração e a exportação de minério de ferro bruto seguem aprofundando a dependência da economia brasileira em relação aos países centrais do capitalismo. Ainda com essa base, procuramos demonstrar que as classes dominantes brasileiras buscam recompor as perdas ocorridas na relação de mercado com os países centrais na esfera da produção interna, operando a superexploração da força de trabalho da classe trabalhadora.

A superexploração se manifesta nas jornadas de trabalho alongadas, nos baixíssimos salários e nas condições insalubres e indignas de trabalho, que se expressam nos escandalosos índices de adoecimento e morte dos trabalhadores da mineração. Compreendemos, a partir dessas análises, que estas são peculiaridades do modo de produção capitalista nos países periféricos, que precisam ser levadas em conta nas reflexões deste trabalho. Assim, entendemos que perceber a condição de dependência do capitalismo brasileiro é um elemento indispensável para pensar a “questão social” em Mariana e, principalmente, para elaborar modos de nela intervir.

Seguimos com a análise do Serviço Social e a “questão social” no contexto da mineração, mobilizando, para isso, recursos teóricos para conceituar a própria “questão social” e resgatar elementos do projeto ético-político do Serviço Social. A partir disso, então, deu-se a análise da Extensão Universitária como ferramenta na luta de classes e concluiu-se que as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Extensão Universitária não só possibilitam, mas também orientam as ações extensionistas a serem politicamente engajadas, para priorizar os interesses da classe trabalhadora e, em nossa compreensão, devem ser pautadas, portanto, por um viés anticapitalista.

Ato contínuo, apresentamos as experiências extensionistas vinculadas ao curso de Serviço Social da UFOP, descrevendo suas ações, suas bases teóricas e seus objetivos. A

nosso ver, tanto o Centro de Difusão do Comunismo como o programa de extensão Mineração do OuTro estão em perfeita consonância com as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Extensão Universitária.

Por outro lado, mais além, pretendemos demonstrar que esses dois programas de extensão estão decididamente posicionados ao lado na classe trabalhadora, sendo suas ações direcionadas à emancipação humana e, portanto, estando com os princípios do Código de Ética da profissão.

Entendemos, pois, que no curso de Serviço Social da UFOP os programas de extensão universitária analisados potencializam o posicionamento ético-político da categoria, justamente por serem estreitamente vinculados com a classe trabalhadora e com suas demandas e interesses por meio de uma perspectiva emancipatória.

Ambos os programas buscam suprir não apenas as demandas materiais, mas também “espirituais” da comunidade em que se insere a universidade. Outra conclusão a que chegamos é a de que os programas analisados são exemplos nítidos da extensão universitária enquanto *práxis* social. Combinando teoria e prática, ambos os programas lograram produzir conhecimento a serviço de algo que vai além da mera formação para o mercado de trabalho, capacitando seus sujeitos para produzir análises críticas da realidade e, na *práxis* extensionista, poder transformá-la.

Dessa forma, concluímos que os programas analisados, ao se instituírem como espaços de *práxis*, a partir de uma perspectiva da classe trabalhadora, tornam-se verdadeiros instrumentos da luta de classes dentro e fora dos muros da universidade e, portanto, são plenamente coerentes ao que prega o Código de Ética dos assistentes sociais, pois se propõem a contribuir para a construção de um novo modelo societário, que combata a exploração de classe, de etnia e de gênero. Em suma, a integração universidade-comunidade deve, sempre, buscar promover um ideal no qual sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres, como idealizava Rosa Luxemburgo.

REFERÊNCIAS

AVILLA, Ana Lídia F. S. *Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro e o trabalho profissional*. II Seminário de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180160/102_00233.pdf?sequence=1> Acesso em 18 nov. 2018.

BERTOLLO, Kathiúça. *Mineração e superexploração da força de trabalho: análise a partir de Mariana-MG*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018,.

DI LORENZO, Ivanalda D. N.; FERNANDES, Jefferson S.; ARAÚJO, Kaiame L. *A extensão universitária e a práxis na formação inicial e continuada do discente*. Revista de Pesquisa Interdisciplinar, Cajazeiras, v. 1, Ed. Especial, 553 – 563, set/dez. de 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Justiça suspende curso de difusão do comunismo em universidade federal mineira*. 28 ago. 2013. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/08/1333670-justica-suspende-curso-de-difusao-do-comunismo-em-universidade-federal-mineira.shtml>> Acesso em 24 nov. 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus, 2012.

IAMAMOTO, Marilda V. A questão social no capitalismo. In: *Temporalis*. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Ano II nº 3, janeiro a junho de 2001. Brasília.

_____. *Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social*. In: Serviço Social: Direitos sociais e Competências profissionais. v.1. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo, 20 ed., Cortez, 2011.

_____. *O Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 7 Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LIGA DOS COMUNISTAS – NÚCLEO DE ESTUDOS MARXISTAS. *Manifesto*. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2009.

MARINI, Ruy M. Dialética da Dependência. In: STÉDILE, João Pedro, TRASPADINI, Roberta (Org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

_____. Introdução [à crítica da economia política]. In: _____. *Para a crítica da economia política: Salário, Preço e Lucro. O rendimento e suas fontes*. Coleção “Os Economistas”. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

PREFEITURA DE MARIANA. *Histórico*. Disponível em: <<http://pmmariana.com.br/historico>>. Acesso em 22 nov. 2018.

SILVA, Marli Barbosa da. *Questão social e o trabalho do assistente social no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS*. II Seminário de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180027/101_00372.pdf?sequence=1>. Acesso em 18 de nov. de 2018.

VASCONCELOS, A. M. de. *A/O Assistente Social na Luta de Classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas*. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

WANDERLEI, Luiz Jardim. *Indícios de racismo ambiental na tragédia de Mariana: resultados preliminares e nota técnica*. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Wanderley-2015-Ind%C3%ADcios-de-Racismo-Ambiental-na-Trag%C3%A9dia-de-Mariana.pdf>>. Acesso em 20 nov. 2018.

ANEXO

FIGURA 1: Apresentação do programa “Mineração do Outro” no Encontro de Saberes da UFOP, em 2018



Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1249935648481062&set=pb.100003939157197.-2207520000.1544118920.&type=3&theater>

FIGURA 2: Oficina do projeto “Lavras de Versos”, no bairro Santo Antônio, em 2018.



Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1232153670259260&set=pb.100003939157197.-2207520000.1544118920.&type=3&theater>

FIGURA 3: Integrantes do programa “Mineração do Outro”, em 2018.



Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=796246860739802&set=pb.100010634856007.-2207520000.1544119128.&type=3&theater>

FIGURA 4: Aula do curso de Extensão “Ontologia Estética – Arte e Sociedade”, em 2018.



Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=778859335811888&set=pb.100010634856007.-2207520000.1544119207.&type=3&theater>

FIGURA 5: “Cine Faisca”, no SESI, em 2018.



Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=813173059047182&set=pb.100010634856007.-2207520000.1544119103.&type=3&theater>

FIGURA 6: Poema produzido na oficina do “Lavras de Versos”, em 2017.



Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=470167383347753&set=pb.100010634856007.-2207520000.1544119277.&type=3&theater>

FIGURA 7: Vista dos bolsistas a Itabira, em 2017.



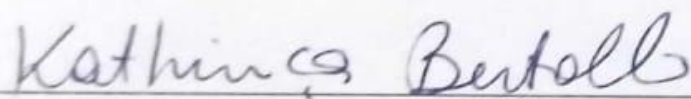
Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=552695305094960&set=pb.100010634856007.-2207520000.1544119248.&type=3&theater>

FIGURA 7: “Círculo e Cultura”, realizado no ICSA, em 2016.



Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=247493085615185&set=pb.100010634856007.-2207520000.1544119356.&type=3&theater>

Certifico que o aluno Filipe Souza Coelho, autor do trabalho de conclusão de curso intitulado "Serviço Social e Questão Social na mineração: experiências extensionistas no curso de serviço social da UFOP" efetuou as correções sugeridas pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.



Kathiúça Bertollo

Orientadora

Mariana-MG, 12 de dezembro de 2018